



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

## **MESTRADO**

### **DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

## **TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

### **DISSERTAÇÃO**

*A GOVERNANCE ENQUANTO FATOR PARA O  
DESENVOLVIMENTO*

JOÃO MIGUEL DURÃO OLIVEIRA

OUTUBRO - 2023



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

# **MESTRADO DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

## **TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO**

A *GOVERNANCE* ENQUANTO FATOR PARA O  
DESENVOLVIMENTO

JOÃO MIGUEL DURÃO OLIVEIRA

**SUPERVISÃO:**  
PROFESSOR PEDRO RINO VIEIRA

OUTUBRO - 2023

## GLOSSÁRIO

BM – Banco Mundial

BRICS – *Brazil, Russia, India, China, South Africa*

E.U.A. – Estados Unidos da América

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ESG – *Environmental, Social and Governance*

WGI – *Worldwide Governance Indicators*

PIB – Produto Interno Bruto

PVD – País(es) em Desenvolvimento

R.P.C. – República Popular da China

ONG – Organização Não Governamental

U.E. – União Europeia

## RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa sobre as evidências do impacto das medidas de *governance* no Desenvolvimento dos países. É uma temática pertinente no contexto atual de melhoria da qualidade das Instituições enquanto ferramenta essencial para o Desenvolvimento. É feita uma breve revisão da literatura existente acerca do tema, em que são mencionadas as tendências vigentes no estudo do Desenvolvimento ao nível académico. Como base empírica para a formulação de ferramentas adicionais ao modelo de Desenvolvimento baseado na *governance* que um dos autores mais relevantes da área, Mushtaq Khan, elaborou, são analisados os níveis de *governance* de cada país, com base nos indicadores definidos pelo Banco Mundial, contrastando-os com a evolução do PIB dos BRICS, em três momentos. À medida que são apresentados os resultados do confronto entre estas duas variáveis, é feita uma análise breve acerca do impacto que cada um dos indicadores tem perante a evolução do PIB dos países em estudo. Após esta análise, são feitas propostas de mudança ao modelo de Desenvolvimento criado por Khan, fundamentadas não apenas na pesquisa, mas também na literatura disponível e relevante para o Desenvolvimento. Por fim, conclui-se que este conjunto de processos e medidas demonstra ter um impacto positivo para o Desenvolvimento dos países, quando complementado com políticas públicas que o sustentem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento; Governance; Países em Desenvolvimento.

## Abstract

This essay is an investigation into the evidence of the impact of governance measures on countries' development. It is a pertinent topic in the current context of improving the quality of institutions as an essential tool for development. A brief review of the existing literature on the subject is carried out, mentioning the current trends in the study of Development at an academic level. As an empirical basis for the formulation of additional tools to the governance-based Development model developed by one of the most important authors in the field of studies, Mushtaq Khan, the governance levels of each country are analysed, based on the indicators defined by the World Bank, and contrasted with the evolution of the GDP of the BRICS in three moments in time. As the results of the comparison between these two variables are presented, a brief analysis is made of the impact that each of the indicators has on the evolution of the GDP of the countries under study. After this analysis, proposals are made for changes to the Development model created by Khan, based not only on research, but also on the available literature relevant to Development. Finally, it is concluded that this set of processes and measures proves to have a positive impact on the development of countries, when complemented with public policies that support it.

**KEYWORDS:** Development, Governance; Developing Countries.



## ÍNDICE

Glossário.....	iv
Resumo .....	v
Índice .....	vii
Índice de Figuras .....	viii
1. Introdução.....	1
2. <i>Governance</i> e Desenvolvimento.....	2
2.1. Conceitos e história da <i>Governance</i> .....	2
2.2 <i>Governance</i> e Desenvolvimento: Revisão de literatura.....	4
2.3. Análise do impacto dos indicadores de <i>Governance</i> no Desenvolvimento económico – O exemplo dos BRICS.....	11
2.3.1. Voice and Accountability .....	12
2.3.2. Estabilidade Política e ausência de violência/Terrorismo .....	13
2.3.3. Eficácia Governativa .....	16
2.3.4. Regulatory Quality.....	17
2.3.5. Rule of Law .....	19
2.3.6. Controlo de Corrupção .....	21
3. Modelo de Desenvolvimento baseado na <i>Governance</i> .....	24
3.1 Enquadramento e apresentação do modelo.....	24
3.2. Inovações deste modelo de Desenvolvimento .....	27
4. Conclusão .....	29
Referências .....	32

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Relação entre <i>governance</i> e crescimento (Khan, 2004).....	9
Figura 2 – PIB VS. <i>Voice and Accountability</i> (2011).....	12
Figura 3 – PIB VS. <i>Voice and Accountability</i> (2016).....	12
Figura 4 – PIB VS. <i>Voice and Accountability</i> (2021).....	12
Figura 5 – PIB VS. Estabilidade Política (2011).....	13
Figura 6 – PIB VS. Estabilidade Política (2016).....	14
Figura 7 – PIB VS. Estabilidade Política (2021).....	14
Figura 8 – PIB VS. Eficácia Governativa (2011).....	16
Figura 9 – PIB VS. Eficácia Governativa (2016).....	16
Figura 10 – PIB VS. Eficácia Governativa (2021).....	16
Figura 11 – PIB VS. <i>Regulatory Quality</i> (2011).....	17
Figura 12 – PIB VS. <i>Regulatory Quality</i> (2016).....	18
Figura 13 – PIB VS. <i>Regulatory Quality</i> (2021).....	18
Figura 14 – PIB VS. <i>Rule of Law</i> (2011).....	19
Figura 15 – PIB VS. <i>Rule of Law</i> (2016).....	20
Figura 16 – PIB VS. <i>Rule of Law</i> (2021) .....	20
Figura 17 – PIB VS. Controlo de Corrupção (2011).....	21
Figura 18 – PIB VS. Controlo de Corrupção (2016).....	22
Figura 19 – PIB VS. Controlo de Corrupção (2021).....	22
Figura 20 – Estágios de Desenvolvimento baseado nas dimensões de <i>governance</i> , de acordo com o modelo de Khan. .....	25

## Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao professor Pedro Rino Vieira, pela disponibilidade e acompanhamento em cada uma das fases de elaboração do trabalho.

Aos meus colegas e professores do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, pelos contributos, ensinamentos e suporte ao longo dos últimos dois anos.

Por fim, não poderia deixar de agradecer à minha família, por todo o apoio e palavras de conforto e coragem para levar a cabo este desafio e por estarem sempre ao meu lado, nos momentos de dúvida e em todas as conquistas.



## 1. INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento é uma área de estudos bastante abrangente, onde se intersejam diversas disciplinas, desde a Economia às Relações Internacionais, passando pela Demografia e pela Gestão. Neste sentido, o presente TFM apresenta uma reflexão sobre a utilidade e impacto que as medidas de *governance* têm para o Desenvolvimento dos países, culminando na criação de um modelo de implementação de medidas de *good governance* como ferramenta de alavancagem do Desenvolvimento.

Qual o impacto que a *governance* tem no Desenvolvimento dos países? Esta é a pergunta que leva à pesquisa e às reflexões na presente TFM. Os contributos académicos para este tema são já de alguma dimensão, embora não sejam tão abundantes quanto as discussões do desenvolvimento económico. É ainda um campo de estudos relativamente recente e pouco explorado quando abordados em conjunto, e que muitas potencialidades demonstram. O foco na *governance* e nos seus contributos para a gestão das Instituições começou com maior relevância desde o início dos anos 2000, em especial a partir da recessão mundial de 2008. Para além de procurar dar resposta à pergunta de partida do presente estudo, podem ainda ser definidos como objetivos a criação de um modelo que capacite os Estados de ferramentas essenciais para criar as condições necessárias para que o desenvolvimento sustentado aconteça.

Em primeiro lugar, é necessário mencionar as diversas correntes de pensamento sobre a área de estudos em questão, o que tem sido tratado no meio académico sobre a temática. Após o enquadramento teórico, é apresentado um *framework* criado por um dos maiores autores da área, as dimensões que o compõem e o impacto (teórico e prático) que tem atualmente para os estudos do Desenvolvimento. Numa fase posterior são feitas análises de regressão linear para testar o impacto que os indicadores de *governance* considerados pelo Banco Mundial têm no desenvolvimento económico de um conjunto de países (BRICS). Com base nesta análise é confirmado o impacto que os indicadores de *governance* têm para o Desenvolvimento.

Por fim, são formuladas propostas para complementar o modelo de Desenvolvimento criado por Mushtaq Khan, tendo por base as conclusões retiradas da observação das regressões e as discussões em torno do tema.

## 2. GOVERNANCE E DESENVOLVIMENTO

### 2.1. Conceitos e história da Governance

Apesar de ter sido introduzido nas discussões acerca do Desenvolvimento nos anos 90 do século XX, o conceito de *governance* não é novo. No paper de 2007 do Banco Mundial, Daniel Kaufmann e Aart Kraay referem que o conceito foi introduzido por Kautilya, um “chefe do Conselho de Ministros” do Rei da Índia há cerca de 2500 anos (Kaufmann & Kraay, 2007). O mais fascinante é que Kautilya, no seu tratado sobre o modo de governar, identifica já aqueles que para o autor seriam os pilares fundamentais da “arte da *governance*”, com destaque para a justiça, a ética e as tendências anti-autocráticas. Após esta introdução ao tema, não são conhecidos outros registos com idade semelhante, em que este termo tenha sido usado. Foram necessários vários séculos, para que a *governance* fosse novamente introduzida no discurso político, desta vez com destaque para o seu papel na otimização e eficiência das Instituições. É neste sentido que surge associada a outros dois conceitos – *Environmental* e *Social*. Juntos formam a matriz (framework) “ESG” - *Environmental, Social and Governance*, que foi mencionada pela primeira vez no artigo “Who Cares Wins”, da Organização para as Nações Unidas (ONU), em 2004 (Senadheera et.al, 2022). Esta é uma matriz de análise de organizações (países, empresas, ONG’s, etc) e Instituições, mensurável e de carácter comparativo. É baseada em dados empíricos, que são posteriormente categorizados e analisados, de forma independente ou separada, resultando numa pontuação que permitirá ao investigador retirar conclusões concretas. Através do estudo das organizações de acordo com este *framework*, é possível perceber, por exemplo, se um país tem políticas ambientais mais coesas e eficazes que as suas políticas sociais. Com este pequeno exemplo, é possível entender o porquê da ampla adoção deste modelo no âmbito da análise de políticas, sejam elas públicas ou empresariais. O decisor poderá ser informado sobre que área(s) é necessário intervir, para que se obtenham melhores resultados nesse domínio. Esta temática tem vindo a ser adotada e estudada desde então, sobretudo no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS’s), criados pela ONU, em que os dezassete pontos concorrem justamente para a sustentabilidade ambiental e justiça social. Outro dos fatores que influenciou a criação, estudo e adoção de políticas baseadas nesta matriz é o próprio contexto e problemáticas existentes, que mudaram bastante desde o

início do século XXI. Os desafios globais com que as organizações enfrentam em 2023 são bastante diferentes dos existentes há 20 anos. Com o abrandamento da globalização, sobretudo causado pela pandemia de Covid-19 que assolou o mundo de 2020 a 2022, surgiram novos polos ideológicos ligados ao nacionalismo e ao isolacionismo, que culminam em agressões como a guerra da Ucrânia, ou a crise migratória que assola a União Europeia e os Estados Unidos da América (E.U.A). Para somar a estes desafios, podemos ainda considerar o aquecimento global e todos os seus impactos ou o aumento da desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres, o que tem tremendos impactos no desenvolvimento dos países. Todos estes desafios fazem com que o Desenvolvimento esteja sempre presente nas organizações, sejam estas de que âmbito forem ou a natureza do seu modelo de negócio (Senadheera et. al, 2022).

Associado a esta temática, surge em 1987 o conceito de Desenvolvimento Sustentável, no relatório “Our Common Future”, da World Commission on Environment and Development – WCED. Este relatório colocou a sustentabilidade no centro da discussão desenvolvimentista. É descrito como “o desenvolvimento que permite satisfazer as necessidades das gerações no presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas” (ONU, 1987) e tem sido desde então a base ideológica da ONU, com a Criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000) e sobretudo a partir de 2015, com a criação dos ODS. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são considerados como orientações gerais da ONU para o Desenvolvimento e que surgem como uma evolução dos ODMs. Estes eram apenas oito, e por isso bastante mais gerais e abrangentes, que deveriam ser cumpridos até 2015. Uma vez que as orientações aí representadas não foram integralmente cumpridas, houve a necessidade de especificar alguns aspetos, criando objetivos desta vez com 2030 como meta, daí a denominação “Agenda 2030”, que se baseia nos ODS. Esta é uma “Agenda” muito focada na sustentabilidade, com objetivos específicos para esta matéria, que não estavam consagrados nos anteriores ODM. Para além de continuar a integrar orientações como a erradicação da fome e da pobreza ou a promoção da igualdade de género, passa a consagrar também objetivos como “Produção e Consumo Sustentáveis” (Obj. 12), “Proteger a vida terrestre” (Obj. 15) e marinha (Obj. 14) e ainda, uma dimensão que não havia sido integrada nos ODM, a necessidade de Instituições eficazes, com o Objetivo 16

– “Paz, Justiça e Instituições eficazes”. É justamente nesta dimensão que pretendo enquadrar a presente TFM, na medida em que o seu objetivo será também a medição da qualidade das instituições e a sua eficácia sob o ponto de vista da relação entre a *Governance* e o Desenvolvimento. Como iremos verificar adiante, estes são temas que estão no centro das discussões sociais e académicas, ainda para mais tendo em conta o contexto da “Agenda 2030” e os desafios atuais de promoção da sustentabilidade e de boa gestão/gestão eficiente dos recursos.

Neste sentido, a ONU também tem elaborado alguns *papers* para tentar evidenciar e clarificar o impacto que a *Governance* tem para o Desenvolvimento. O artigo “Governance for Sustainable Development - Integrating Governance in the Post-2015 Development Framework”, que foi publicado justamente no seguimento da publicação dos ODS, é bastante útil para entender a perspetiva da Instituição acerca do tema. A *Governance* “vai para além das Instituições e inclui a relação entre o Estado e os cidadãos” (ONU, 2014). É um instrumento essencial para a gestão dos recursos e para o combate à falta de transparência e falta de proximidade que existe na grande maioria dos Estados. Esta maior transparência que é requerida aos estados, é fundamental para atingir o Desenvolvimento (Carstens, 2005). Ao concordar com esta afirmação, pretendo realçar que num Estado em que os cidadãos não estejam no centro do processo de elaboração e decisão de políticas que afetam todos (regimes ditatoriais ou democracias iliberais, sobretudo), as chances de implementação de políticas que criem impactos positivos na vida de todos, é bem mais complexa e difícil. O principal ponto deste artigo é a procura por um modelo de *governance* que possibilite o crescimento dos Países em Desenvolvimento. Apesar de já existir alguma literatura nesta matéria, a associação da *good governance* ao Desenvolvimento não tem ainda um destaque proporcional à sua importância no debate sobre o tema.

## 2.2 *Governance e Desenvolvimento: Revisão de literatura*

Qualquer governante deseja (ou deveria desejar) que o Estado que governa tenha uma economia sólida, uma população com baixos níveis de pobreza e instituições independentes entre si, que promovam a igualdade e o progresso. Idealmente, todas as nações teriam oportunidade de alcançar tais níveis de estabilidade, contudo, diversos fatores de várias origens fazem com que uns Estados estejam mais perto de alcançar esses

níveis de estabilidade e desenvolvimento que outros. Neste trabalho não se pretende abordar as razões que levam a essas desigualdades, mas apenas destacar a importância das Instituições e o modo como estas são geridas no desenvolvimento dos países. Antes de abordar o tema, importa ressaltar que os estudos sobre os efeitos da ajuda externa não são consensuais. Alguns estudos defendem que a ajuda externa tem um impacto negativo no desenvolvimento económico dos PVDs, agravando a corrupção e os conflitos internos, criando dependência e reduzindo o nível de produção interna, enquanto que outros mostram que esta não tem praticamente qualquer efeito no crescimento económico dos países beneficiários (Maruta et. al, 2020). Segundo o autor Brian Smith, duas categorias nas quais os países doadores tentam estimular a *good governance* nos países dependentes de ajuda externa: coerção e cooperação. É comum que essa dependência crie diversas condicionantes políticas, na forma de empréstimos ou benefícios bilaterais, que foi a forma mais usada de ajuda ao desenvolvimento usada a partir da segunda metade do século XX (Smith, 2007).

O foco deste trabalho são as formas cooperativas da ajuda, uma vez que a forma coerciva não traz benefícios reais para os cidadãos desses Estados, sendo que muitas das vezes promove mesmo a corrupção e o favorecimento de determinados indivíduos em detrimento de outros, com base no cacique e nos benefícios que tais relações trariam para proveito próprio (Easterly, 2003). Nesta categoria de intervenção, os países doadores procuram atingir níveis de desenvolvimento mais elevado através da criação e implementação de reformas. O modo como estas reformas são formuladas e executadas é crucial para o seu sucesso. Devem ser desenhados projetos devidamente adequados às condições (sociais, monetárias, ambientais) existentes, com objetivos bem definidos e concretizáveis. A gestão por objetivos mostrou-se mais eficaz para se atingir as metas desejáveis, como o crescimento económico e a melhoria das Instituições (Kristiansen, 2015), do que o que foi feito por diversas décadas do século XX e início do século XXI, em que o país doador apenas concedia empréstimos ao país recetor, não existindo uma supervisão nem um plano bem definido para se atingir os objetivos, que também eram demasiado gerais e abrangentes, podendo levar anos e até décadas para que os objetivos sejam concluídos (Kristiansen, 2015).

O foco na *good governance* é crucial para que os objetivos definidos pelos países doadores e recetores sejam cumpridos. Foi amplamente discutido e observado que por

mais recursos que sejam doados a países com necessidades de ajuda externa, se não existir um plano de execução bem traçado e adequado, vale de muito pouco a alocação desses recursos. A quantidade é importante, desde que devidamente adequada e gerida. Para além dos problemas de corrupção e peculato que podem advir de tal estratégia é usual existirem casos de subsidi dependência por parte dos recetores (Easterly, 2003). Ora, para que se tente minimizar ao máximo essas situações, é necessário que exista também uma *accountability*, uma responsabilização por parte de quem recebe perante quem é doador. Esta base de respeito mútuo, que se insere nos princípios da *good governance*, é essencial para o sucesso de qualquer projeto (Neumayer, 2003).

A União Europeia (UE) tem sido um exemplo disso mesmo, uma vez que o processo de doação de recursos cumpre determinados requisitos, com um orçamento específico para determinados setores considerados como aqueles em que é necessária uma intervenção externa. Foi neste sentido que os ODS vieram revolucionar a forma como é concedida a ajuda externa. Estes objetivos definidos pela ONU terminam como a abordagem “top-down” que até então vinha a ser adotada pela grande maioria dos países doadores. Esta era uma abordagem que conduzia aos problemas anteriormente enunciados e que após várias décadas de implementação, se verificava ineficiente. A nova abordagem rege-se pela máxima “*Governance* através de objetivos” (Biermann et. al, 2017). Este modelo consiste na definição *a priori* dos objetivos que se pretendem alcançar a curto, médio e longo prazo. Desta forma, existe uma eficiência e controlo dos meios e tempo investidos, contribuindo para o desenvolvimento através *governance*, tornando o processo mais rápido e facilitado pela clara definição de objetivos. Uma das organizações que tem vindo a implementar esta abordagem é a U.E., que criou diversos mecanismos que permitem o acesso dos países que pretendam este tipo de ajuda externa, como o “Neighbourhood, Development and International Cooperation Instrument – Global Europe (NDICI – Global Europe)”. Este programa, criado em 2021, resulta da fusão de diversos mecanismos de ajuda externa da UE e tem como objetivo a concessão de ajuda externa aos países que dela necessitem. O seu carácter de médio-longo prazo, com programas plurianuais, permite aos países recetores a dinamização necessária nos setores que identificam como menos desenvolvidos ou onde é necessário maior investimento que aquele de que o Governo dispõe. Considero este mecanismo relevante para o tema em estudo sobretudo por se dividir em programas de diversos âmbitos, como os “programas

temáticos”. Esta categoria inclui €6,358 mil milhões dos €79,5 mil milhões totais, que deverão ser alocados para cinco temas: Direitos Humanos e Democracia; Organizações da Sociedade Civil, Paz; Estabilidade e Prevenção de Conflitos e ainda Desafios Globais. Como podemos observar, estes são temas abrangentes, que se enquadram na atual Agenda 2030 e que vão de encontro aos ODS definidos pelas Nações Unidas. Outra das particularidades que podemos constatar é o foco nas Instituições e na garantia do seu bom funcionamento enquanto forma de garantia da Democracia e da estabilidade, bem como do zelo pelo cumprimento dos Direitos Humanos. A defesa e cumprimento destas premissas só é possível sem incumprimentos, com uma gestão associada à *good governance*.

Mushtaq Khan, um conhecido professor do School of Oriental and African Studies SOAS da Universidade de Londres, tem vindo a desempenhar um papel fundamental para o estudo da *Governance* enquanto instrumento para o crescimento económico e para o Desenvolvimento dos países. Convicto adversário da corrupção e do tráfico de influências, o seu estudo foca-se mais no funcionamento do mercado, nomeadamente os impactos que uma *bad governance* pode ter, embora aborde igualmente questões da temática aqui abordada. Levanta uma questão essencial para esta discussão: as condições necessárias *a priori* para que o desenvolvimento aconteça (Khan, 2007a). Esta é uma frase relevante na medida em que assume uma série de condicionantes para que o Desenvolvimento efetivamente aconteça. Para demonstrar esta perspetiva, refere que nos países que conseguiram atingir um estágio de desenvolvimento mais avançado (Ex: Os “4 tigres asiáticos”) conseguiram dar os “passos pragmáticos” que eram compatíveis com as suas instituições (Khan, 2007a). No caso dos países menos desenvolvidos, o custo político-social e institucional é muito maior, uma vez que é necessária uma reformulação de grande parte do sistema institucional vigente. O autor refere ainda que os “*developing countries therefore need a more structured way of thinking through institutional choices and governance capabilities*”. Esta condicionante pode ser determinante para entender a impossibilidade da replicação do modelo de desenvolvimento do Leste asiático para outros países e zonas do globo, como defendem outros economistas, como Ha-Joon Chang, por exemplo (Chang, 2007).

Em 1996, o Banco Mundial criou uma base de dados - Worldwide Governance Indicators (WGI) - que congrega informações de cerca de 200 países, divididas em seis

(6) dimensões: (1) Voz e Responsabilidade – “Accountability”; (2) Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo; (3) Eficácia Governamental; (4) Qualidade Regulamentar; (5) Estado de Direito – “Rule of Law”, e por último, (6) Controlo da Corrupção. Estas são as seis dimensões que o Banco Mundial utiliza de forma a permitir a comparação dos níveis de *governance* de cada país. Esta base de dados — permite não só comparar diversos países simultaneamente, com a possibilidade de escolher apenas as dimensões que queremos analisar, como ainda verificar a evolução da *Governance* de um determinado país no tempo, uma vez que a base de dados abrange o período de 1996-2021. Para além da visualização em formato de gráfico, permite ainda uma perspetiva em formato mapa mundo, onde é possível observar a *performance* de cada país ao nível da *governance*. Nele podemos observar de forma clara e comparativa as diferenças entre os países do globo a este nível, destacando-se claramente com melhor pontuação os países do Norte da Europa, a Austrália e o Canadá.

Apesar da importância que a *governance* tem vindo a demonstrar para o desenvolvimento, existe uma controvérsia considerável sobre as prioridades da mesma e que tipos de capacidades são mais importantes. Estas divergências estão relacionadas com desacordos fundamentais sobre o papel dos mercados *versus* outras características sociais, políticas e tecnológicas que precisam de ser satisfeitas para que o crescimento sustentável aconteça (Khan, 2013). A agenda contemporânea da boa governação baseia-se, sobretudo, nas capacidades necessárias para criar as condições para que os mercados sejam eficientes. Embora estas sejam condições importantes e desejáveis, o autor considera que são condições de segunda ordem, no sentido de que, sem outras capacidades estatais que promovam diretamente o crescimento sustentável, as condições de eficiência do mercado são, por si só, insuficientes e, em última análise, insustentáveis.

. O principal problema da primazia do mercado no desenvolvimento de um país é a criação de desigualdades estruturais na população (Craig, 2006). Este é um dos problemas que mais discussão tem criado não apenas nas discussões académicas, mas também ao nível político, em organismos como a ONU ou o G20. O equilíbrio entre o crescimento económico, a estabilidade social e política e a garantia do Estado de Direito (*Rule of Law*) são fatores que devem ser tidos em conta no desenvolvimento dos países.



Em baixo podemos observar um exemplo de um modelo, criado por Mushtaq Khan que relaciona as duas dimensões (Governance e Desenvolvimento), e que foi a base para o que irei apresentar posteriormente:

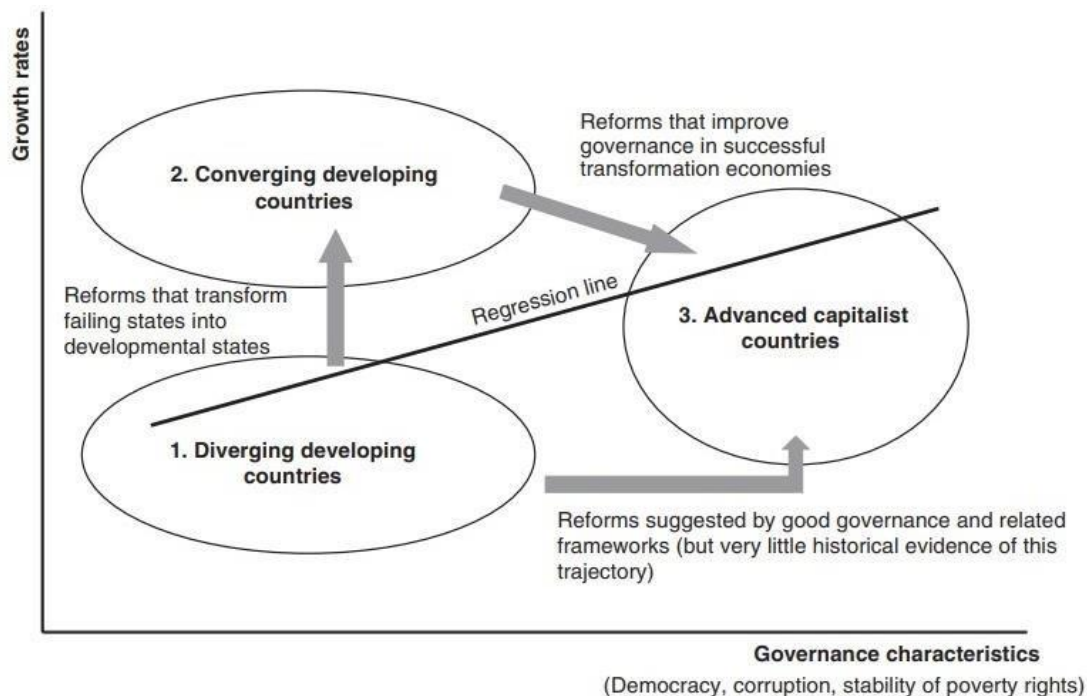


Figura 1 – Relação entre *governance* e crescimento (Khan, 2004)

Neste modelo, o autor apresenta três (3) níveis ou “estágios” de desenvolvimento dos países. Numa primeira fase, é considerado um “estado frágil” (1), que após diversas reformas, sobretudo económicas, se torna num País em Desenvolvimento (2). Para avançar para a etapa considerada como final neste modelo, a de um país capitalista desenvolvido (3), são necessárias reformas que melhorem os níveis de *governance*, através do investimento e da consolidação dos seis elementos considerados pelo Banco Mundial como fatores de comparação do seu nível em cada país. Outro dos caminhos sugeridos pelo autor do gráfico é que um país considerado como “frágil” adote reformas de *good governance* e passe diretamente do primeiro para o terceiro estágio de desenvolvimento. Khan refere que são poucos os casos conhecidos que conseguiram o feito descrito pela segunda opção, no entanto, é possível. Este fenómeno foi observado nos “4 Tigres asiáticos” - Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan - que mencionei acima. Apesar de ser um dos poucos exemplos esquematizados daquilo que para o autor são as etapas necessárias para que um país atinja o nível de “país capitalista avançado”,

considerado por este como o último estágio de desenvolvimento de um país, a verdade é que não é muito claro sobre as transições enunciadas. O autor refere apenas “reformas” que são necessárias para que a transição para a etapa seguinte seja executada.

Não existe uma definição clara no que consistem essas reformas, que ações deve um governo tomar para que consiga passar para a etapa seguinte do Desenvolvimento. O esquema, e a teoria em si, apesar de ser um excelente contributo para a introdução do estudo da *governance* no Desenvolvimento, peca por ser demasiado simplista, sem dar grandes detalhes sobre a forma como os países podem adaptar este processo. Outra das críticas, para além de se focar bastante no aspeto económico, assume que da etapa 1 para a etapa 2 não são necessárias reformas de âmbito da *governance*. Este é um detalhe essencial sobre esquema, uma vez que, como irei referir posteriormente no modelo que proponho, as políticas e reformas associadas aos indicadores de *governance* e de âmbito social devem estar na base do modelo e no início do processo de transformação de um “estado frágil” num estado desenvolvido, onde os cidadãos não têm apenas condições económicas mais favoráveis, como maiores capacidades de intervenção na vida política, menores níveis de corrupção e melhor qualidade do Estado de Direito (Neumayer, 2003).

Outro dos fatores a ter em conta no modelo criado por Khan é a sua idade. Desde 2004 a política internacional, as suas prioridades e áreas de interesse mudaram por completo. Se em 2004 ainda se assistia a um mundo unipolar, em que os E.U.A. determinavam as prioridades e tendências da política mundial, em 2023 assistimos à consolidação da China enquanto potência mundial e ao surgimento de diversas potências regionais, como a Arábia Saudita, no Médio Oriente, o Brasil, na América do Sul. Esta multipolarização, aliada a problemáticas como o aquecimento global ou as crises migratórias que continuam a assolar a União Europeia e os E.U.A., cria um contexto muito mais complexo para o Desenvolvimento. Devemos ter em conta todos estes fatores quando analisamos o modelo e a teoria que o autor criou em 2004, uma vez que algumas das suas premissas poderão estar desatualizadas no contexto atual.

### 2.3. Análise do impacto dos indicadores de Governance no Desenvolvimento económico – O exemplo dos BRICS

Após a análise da discussão teórica sobre a relação e impacto da *Governance* no Desenvolvimento dos países, é então necessário analisar a relação entre estas dimensões em termos práticos. Para tal, considere-se como exemplo o conjunto de países denominado de BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A escolha prende-se com a pertinência que este conjunto de países demonstra para a temática em estudo. São cinco países emergentes, com localizações, regimes políticos e modelos económicos diferentes entre si, com desafios e problemas (sobretudo sociais e económicos) de natureza diversa.

Com recurso a um modelo de regressão linear simples foram criados gráficos, nos quais se relaciona cada um dos indicadores de *Governance* dos WGI com o PIB dos países em três momentos. Estes indicadores são baseados em dados de diversas plataformas, desde questionários de ONG's a estudos de bancos regionais de Desenvolvimento, que David Kaufmann e Aart Kraay criaram para o Banco Mundial. A plataforma do Banco Mundial, que é a fonte dos dados apresentados, elabora anualmente uma compilação dos resultados das diversas fontes disponíveis e com base nelas classifica o desempenho dos países numa escala de -2.5 – muito insatisfatório - a 2.5 - excelente desempenho (Kaufmann et. al, 2010). Para que a análise seja mais útil e completa, a comparação é feita em três momentos não consecutivos (de cinco em cinco anos), criando assim a possibilidade de uma análise evolucionar do impacto de determinado indicador em relação ao PIB (em USD) desse determinado ano. A comparação de cada um dos WGI com o PIB dos BRICS nestes três momentos – 2011, 2016 e 2021 – pretende então mostrar o grau de dependência ou independência do crescimento económico face ao indicador utilizado. A análise do impacto destes indicadores será feita individualmente.

2.3.1. Voice and Accountability

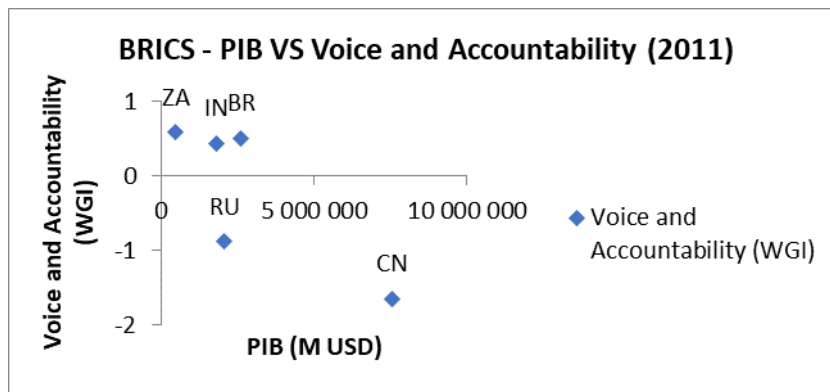


Figura 2 – PIB VS. Voice and Accountability (2011) (p-value 0,24)

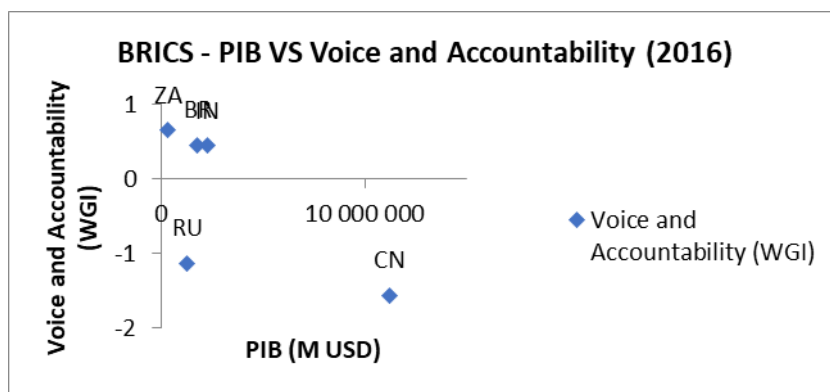


Figura 3 – PIB VS. Voice and Accountability (2016) (p-value 0,55)

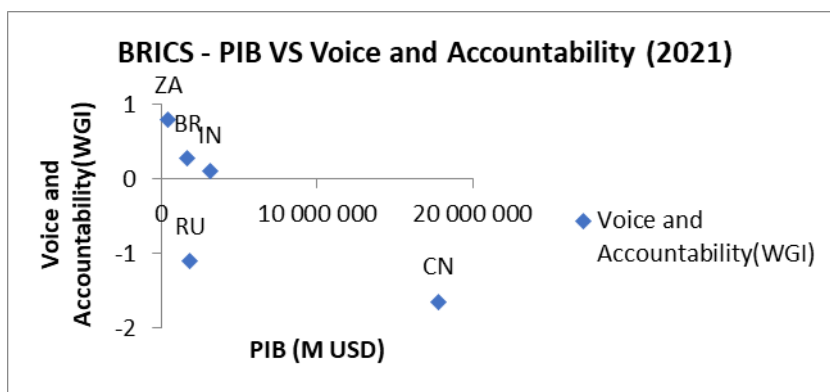


Figura 4 – PIB VS. Voice and Accountability (2021) (p-value 0,65)

O indicador “Voice and Accountability” é o primeiro dos seis a ser mencionado pelos autores. Não encontrando melhor tradução, este refere-se à capacidade que os cidadãos têm para se expressar perante as instituições estatais e à responsabilização (*accountability*) do Estado perante os cidadãos. É então um indicador que permite a observação do nível de liberdade dos Estados, em concreto a possibilidade de participação

e escolha que os cidadãos têm para escolher os seus representantes, a liberdade de expressão e de associação, bem como a independência dos *media*.

Neste âmbito, pode observar-se que a Rússia e a China apresentam graves problemas ao nível da liberdade de expressão, como aliás seria expectável. Os restantes países em análise, apresentam resultados que mesmo sendo positivos são pouco superiores a 0, sendo que não existe praticamente evolução ao longo do período em estudo. Este conjunto de países fica então aquém daquilo que seria expectável para um conjunto de potências em expansão. Apesar do crescimento económico observado em alguns deles (particularmente a China), o que é possível concluir é a independência da variável PIB em relação ao indicador em estudo, uma vez que mesmo nos casos em que se observa um crescimento do PIB, a evolução do indicador de *governance* mantém-se praticamente inalterada, não influenciando as oscilações existentes na variável económica.

### 2.3.2. Estabilidade Política e ausência de violência/Terrorismo

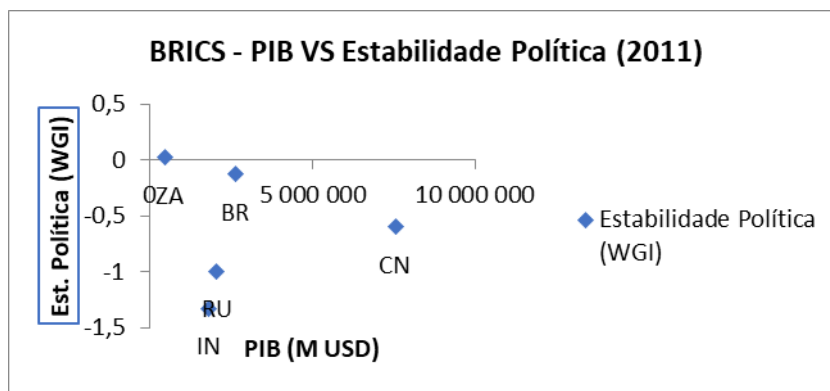


Figura 5 – PIB VS. Estabilidade Política (2011) (p-value 0,31)

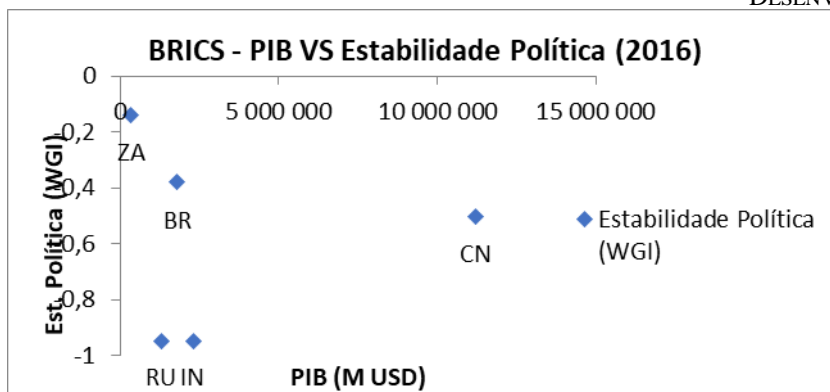


Figura 6 – PIB VS. Estabilidade Política (2016) (p-value 0,09)

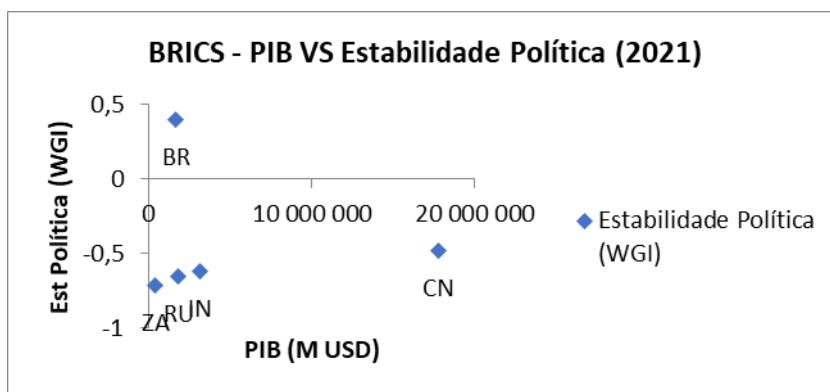


Figura 7 – PIB VS. Estabilidade Política (2021) (p-value 0,29)

O indicador da estabilidade política e ausência de violência/Terrorismo é normalmente considerado nas discussões sobre o Desenvolvimento como determinante para que o mesmo aconteça (Bowman et. al, 2008). Sem estabilidade política, as pessoas não podem confiar na sua economia, e quando falta a confiança, as pessoas procuram lugares mais seguros para investir o seu dinheiro, em vez de investirem na economia (Gupta, 1990). É por isso bastante pertinente o seu estudo e enquadramento neste trabalho. Um dos pontos que podemos retirar através da observação dos gráficos acima, é a fraca estabilidade política que assola cada um dos cinco países que compõem o grupo em estudo. Em seguida, observa-se um *outlier* no que diz respeito ao valor do PIB. A China não só apresenta valores substancialmente superiores aos restantes países do grupo, como apresenta uma evolução exponencial do valor em apenas 10 anos, passando de cerca de 7,5 trilhões de dólares em 2011, para 17,8 trilhões de dólares em 2021. Este é inequivocamente, o fator que mais diferencia os cinco países em estudo, uma vez que a China apresenta uma capacidade económica ímpar, sendo uma das maiores economias do mundo.

Por sua vez, durante estes 10 anos, de 2011 a 2021, apenas o Brasil conseguiu melhorar a sua estabilidade política e melhorar os seus índices de ausência de violência. É de facto uma conclusão interessante, sobretudo tendo em conta o contexto sociopolítico e as transformações sociais que o país tem vivido. Em 2011 verifica-se que o valor do indicador se situa em valores negativos, mas muito perto do 0. Enquanto que em 2016, já na presidência de Michel Temer, esse mesmo valor cai para 0,4 pontos, significando um decréscimo na estabilidade política e um retomar da violência. O *impeachment* da Presidente Dilma Rouseff, na sequência do processo “Lava-Jato”, que abalou a política brasileira, pode ser considerado como uma das causas que levaram a uma maior instabilidade e ao aumento da violência no país. Por outro lado, em 2021, o indicador apresenta valores positivos pela primeira vez em dez anos, ainda que o PIB seja menor que no primeiro momento apresentado.

Através desta breve análise é possível concluir que a estabilidade política e a ausência de violência/terrorismo tem um impacto muito reduzido no desenvolvimento económico deste conjunto de países. É muito curioso o exemplo do Brasil, em que apesar de existir uma maior estabilidade política e menos violência, o PIB decresceu, sendo mesmo inferior ao registado em 2016. Mais uma vez, esta análise é baseada apenas na evolução de uma variável (PIB). Os restantes países (África do Sul, Índia e Rússia) mantêm uma certa homogeneidade durante o período em análise, sem grandes variações quer nos valores referentes ao indicador de *governance*, quer no PIB.

2.3.3. Eficácia Governativa

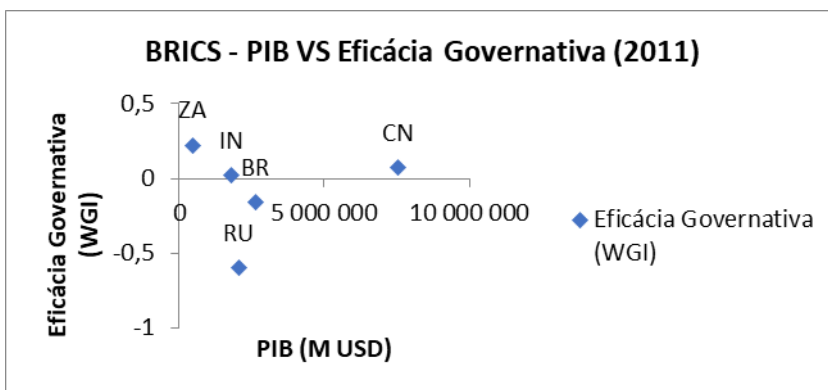


Figura 8 – PIB VS. Eficácia Governativa (2011) (p-value 0,66)

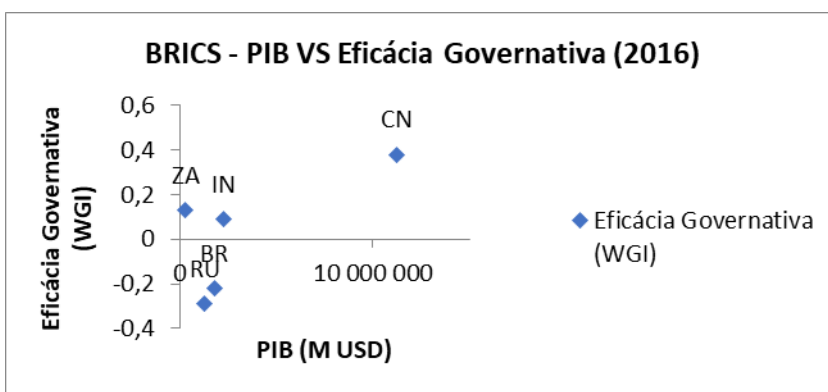


Figura 9 – PIB VS. Eficácia Governativa (2016) (p-value 0,40)

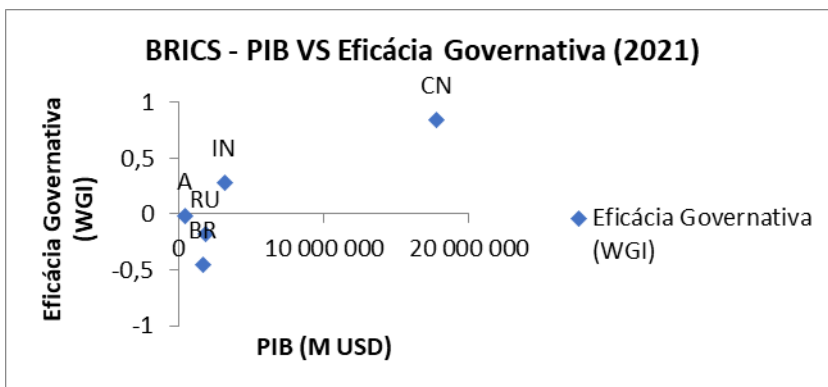


Figura 10 – PIB VS. Eficácia Governativa (2021) (p-value 0,30)

A Eficácia Governativa (“Government Effectiveness”) é outro dos indicadores propostos pelos autores dos WGI. O principal foco deste indicador é medir exclusivamente o desempenho dos governos, retirando do campo de análise os cidadãos (Kaufmann et. al, 2010). A qualidade dos serviços públicos e a formulação e implementação das políticas definidas pelos governos são as dimensões consideradas neste indicador, permitindo desta



forma analisar a competência dos mesmos. Neste âmbito, destaca-se a China pelo desempenho acima dos restantes quatro países em análise. O governo chinês tem exercido grandes esforços na melhoria dos serviços públicos, sobretudo na era de Xi Jinping, o atual Presidente da RPC (Saich, 2016).

Talvez pelo seu caráter mais objetivo, este é um indicador diretamente relacionado com o crescimento económico e que é bem patente nos dados disponíveis, concretamente na análise do Brasil. Este é um país que passou por diversas transformações sociais e políticas na década em estudo, o que se reflete diretamente no crescimento económico do país. A instabilidade política e as diversas tensões sociais existentes, têm um impacto significativo na capacidade de um país produzir riqueza, o que também é possível observar na Índia. Neste gigante asiático, existiu uma evolução progressiva da eficácia governativa representada pelo Governo do Primeiro-Ministro Narendra Modi, que tem criado capacidades do Estado e da economia indiana se desenvolverem por meio da liberalização económica e captação de investimento estrangeiro. O único país cuja evolução do indicador foi negativa é a África do Sul, tornando-se mais evidente no período de 2016 a 2021. Este espaço temporal coincide com a queda da reputação do Presidente Cyril Ramaphosa, que não tem sido capaz de agregar a população sul-africana, evidenciando problemas de desigualdade e descontentamento geral que em nada beneficiam a formulação e implementação das políticas governamentais nem o desenvolvimento do país (Eyssen, 2022).

#### 2.3.4. Regulatory Quality

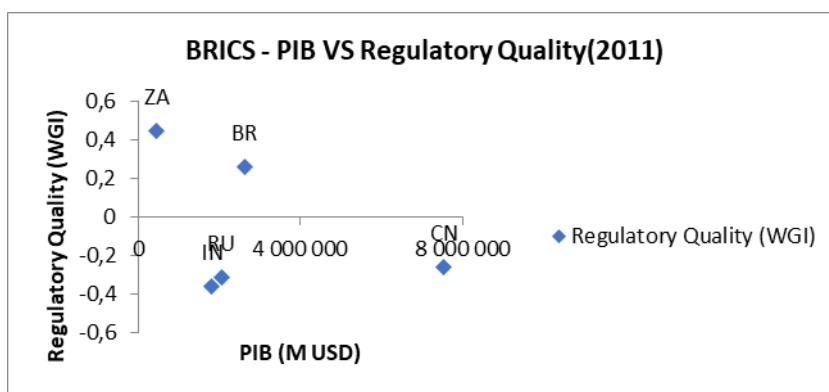


Figura 11 – PIB VS. Regulatory Quality (2011) (p-value 0,67)

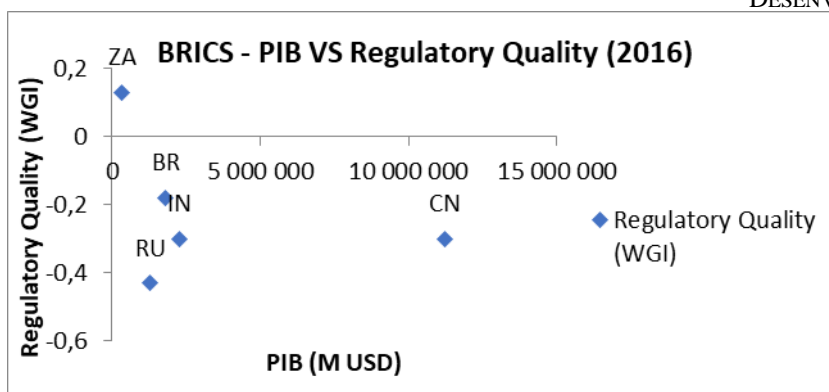


Figura 12 – PIB VS. Regulatory Quality (2016) (p-value 0,32)

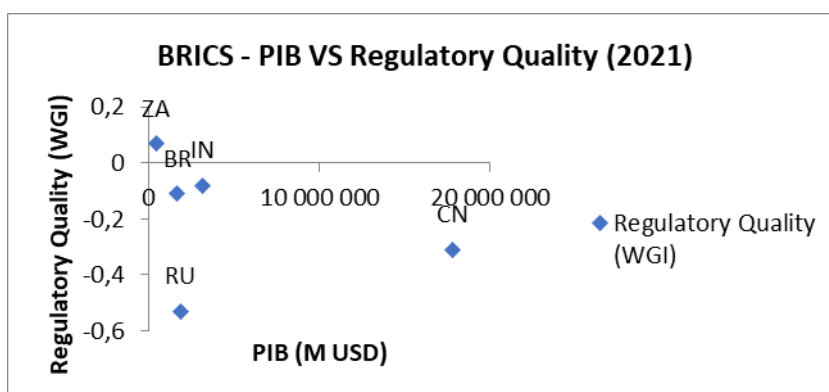


Figura 13 – PIB VS. Regulatory Quality (2021) (p-value 0,40)

Segundo o próprio Banco Mundial, o presente indicador é uma forma de medir a precessão da capacidade que os governos dispõem para formular e implementar políticas coerentes, bem como regulamentos que promovam o desenvolvimento do setor privado. Ao contrário dos restantes indicadores que visam quase exclusivamente o setor público, este oferece uma forma de medição da capacidade dos governos de providenciar às empresas políticas públicas que vão ao encontro dos interesses privados. Consequentemente, este indicador apresenta valores mais positivos em economias mais liberais e abertas ao investimento estrangeiro, uma vez que na maior parte dos casos são os governos a criar estes ambientes económicos de promoção da iniciativa privada.

Uma vez que a quase totalidade dos países consagrados neste estudo, à exceção da África do Sul, opta por políticas “estatocêntricas”, isto é, políticas económicas em que o Estado é o motor da economia, é expetável que os resultados sejam maioritariamente negativos neste indicador. Uma vez mais, o exemplo da China é paradigmático para análise do indicador, pois é uma das economias em que o Estado é o principal *player* e que mesmo assim apresenta níveis de evolução de PIB exponencialmente elevados.

Uma das causas para o crescimento económico da China, para além da relativa abertura ao investimento estrangeiro, é o grande crescimento do mercado interno chinês, em que a classe média tem crescido, ganhando cada vez mais poder de compra e como consequência, mais expressão na economia do país. Por outro lado, pelos motivos suprarreferidos, a Índia tem optado por políticas e regulamentos que visam uma abertura da economia para o exterior. Este é um fenómeno especialmente observado no setor tecnológico, que o país tem apostado e desenvolvido, tornando-se num dos maiores mercados neste importante setor para o tempo em que vivemos. Os restantes três países, Brasil, Rússia e África do Sul, não apresentam grandes oscilações a este nível, mantendo políticas focadas no papel do Estado na economia, em especial no caso da Rússia.

### 2.3.5. Rule of Law

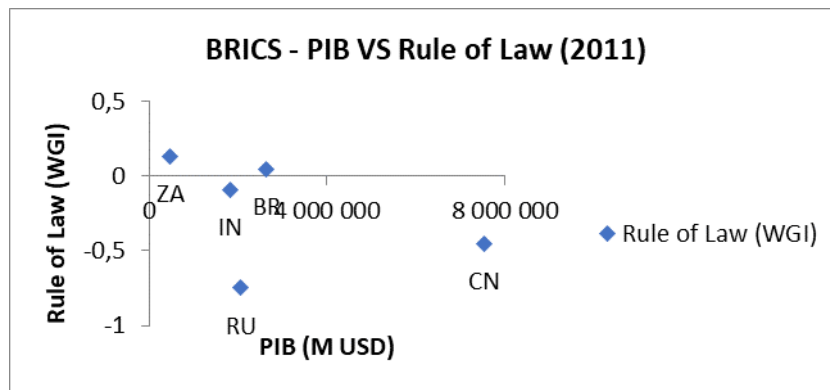


Figura 14 – PIB VS. Rule of Law (2011) (p-value 0,42)

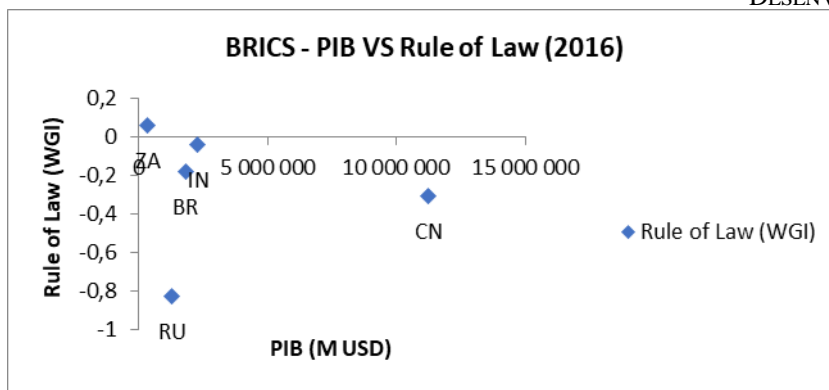


Figura 15 – PIB VS. Rule of Law (2016) (p-value 0,39)

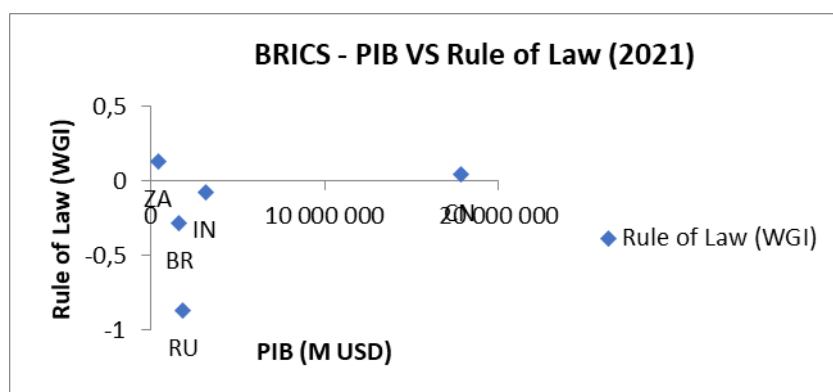


Figura 16 – PIB VS. Rule of Law (2021) (p-value 0,32)

Antes de iniciar a análise aos gráficos referentes ao indicador “Rule of Law”, é necessário um breve enquadramento do conceito e o porquê da sua relevância para o estudo da *governance*. Este conceito, de origem anglo-saxónica, refere-se a “um conjunto de leis a que a sociedade deve obedecer” (Cambridge Dictionary, s.d.). Em português “Estado de Direito”, é um conceito vago e cuja definição não gera consenso no meio académico e político. Neste âmbito, irá ser tratado como o respeito que os cidadãos têm pelas leis fundamentais do país a que pertencem, de forma a simplificar esta expressão.

Este “respeito pelas leis”, traduz-se numa ordem social, que, uma vez mais, se entende como a base para qualquer país desenvolvido. Neste indicador, todos os cinco países em estudo apresentam resultados semelhantes, embora com alguns destaques. O primeiro irá novamente para o Brasil, pela sua descida na pontuação relativa ao indicador. Este facto deve-se ao processo “Lava-Jato” e a tudo o que este implicou. A polémica eleição de Jair Bolsonaro, que entra em funções em 2019, veio agravar ainda mais esta descida na pontuação. O ex-líder brasileiro exerceu diversas vezes tentativas de abuso de

poder e desrespeito pelas instituições, o que pode levar a esta quebra nos resultados relativos ao Estado de Direito e à sua manutenção (Human Rights Watch, 2021).

A Rússia é outro exemplo paradigmático de desrespeito pelas instituições e pela sua independência. O Presidente do país, Vladimir Putin, tem levado a cabo políticas que desrespeitam os Direitos Humanos (embora os dados sejam referentes a um período anterior à Guerra da Ucrânia), liderando com base no secretismo e na coerção (Klimovich, 2023). Estes são fatores que os inquéritos e estudos que sustentam os WGI têm em conta.

Por outro lado, vemos uma vez mais a China, não apenas pelo seu PIB, mas também pelo aumento na qualidade do seu Estado de Direito e respeito pelas leis. Neste capítulo, observamos uma clara subida, com uma aparente evolução progressiva. Uma possível conclusão a retirar é a de que este aumento da qualidade do indicador surge associado ao aumento do PIB do gigante asiático. Quando comparados os gráficos relativos a 2011 e a 2021, verificamos que no último os resultados são positivos pela primeira vez em 10 anos de análise. Esta é uma tendência positiva, que pode significar uma melhoria das políticas interna e externa do país, mas que não permite um otimismo efetivo, uma vez que pode não ser a tendência para que o país se direcione, sobretudo quando temos em conta a iminência de um conflito sério e grave no estreito de Taiwan, por exemplo.

### 2.3.6. Controlo de Corrupção

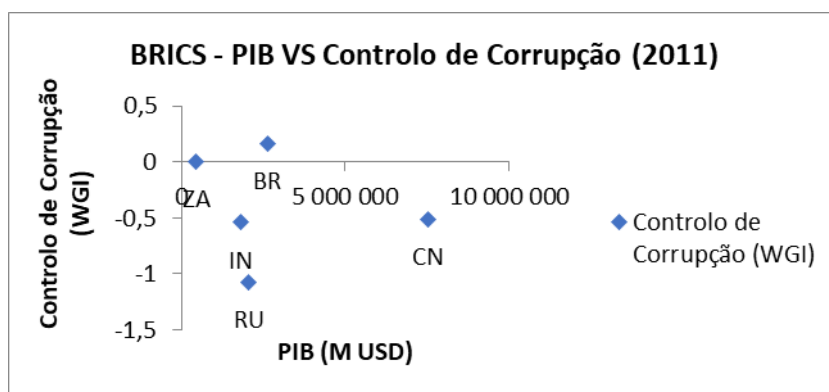


Figura 17 – PIB VS. Controlo de Corrupção (2011) (p-value 0,50)

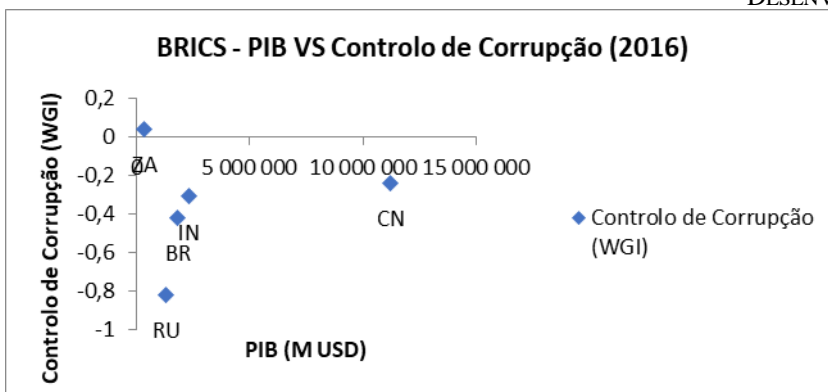


Figura 18 – PIB VS. Controlo de Corrupção (2016) (p-value 0,17)

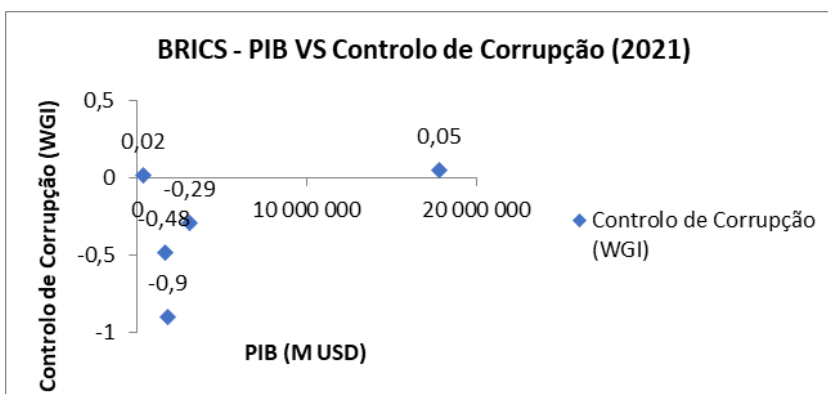


Figura 19 – PIB VS. Controlo de Corrupção (2021) (p-value 0,14)

A corrupção é um flagelo que assola grande parte dos países e que tem ainda mais destaque nos países em Desenvolvimento. A forma como os governos controlam este fenómeno ilegal e imoral é fundamental para que uma economia se desenvolva. Através da criação de leis que punam indivíduos e instituições que o pratiquem e de órgãos capazes da fiscalização necessária, é possível que esse controlo tenha efeitos e assim prevenir este tipo de ações.

Através dos dados disponíveis, é possível deduzir que este é um problema sério nos BRICS. Apenas a África do Sul apresenta valores positivos ao longo dos dez anos em análise. O Brasil, a Índia e a Rússia demonstram uma incapacidade de controlar a corrupção. Estes países apresentam problemas endémicos ligados à corrupção, que se estende um pouco por todos os tecidos da sociedade. Apesar de se observar um valor positivo em 2011, a corrupção no Brasil tem vindo a crescer e o Estado não tem sido capaz de a controlar, como é possível observar. Pelos acontecimentos anteriormente enunciados, o país tem vindo a apresentar níveis inferiores de combate à corrupção, que podem influenciar a economia e o Desenvolvimento do país, caso essa tendência se

continue a observar. No que diz respeito à Rússia, uma vez mais observa-se o que já foi referido em relação aos restantes indicadores. O país é atualmente uma Democracia Iliberal (Glassman, 2021), em que alguns dos Direitos Fundamentais dos cidadãos, sobretudo a Liberdade, são colocados em risco e até mesmo desrespeitados. Como sucede com alguns dos indicadores, a China demonstra mais uma vez uma evolução positiva nas variáveis em estudo. Este aumento, tanto no indicador, como no PIB, vem reforçar a ideia de que as dimensões da *governance* têm um efeito positivo no Desenvolvimento dos países, em especial na vertente económica que é a variável em estudo nesta análise.

Os BRICS, que no início do século XXI se apresentavam como os principais “candidatos” a potências económicas mundiais, acabaram por ver o seu desenvolvimento económico estagnado, à exceção da China. Como foi analisado ao longo de cada um dos indicadores, foram vários os constrangimentos que impediram a continuação dos níveis de desenvolvimento que estes países apresentavam ao longo da década de 1990/início do século XXI. Com poucas exceções, grande parte desse abrandamento da economia foi causado por questões sociopolíticas, embora ajudado pela recessão que assolou o mundo em 2008 (Singh, 2019).

Outro dos fatores que poderá ter influência no Desenvolvimento e que igualmente se enquadra na *governance* é o nível de segurança existente (Adegami et. al, 2017). A este nível, o estudo mais completo existente é o Índice Global da Paz. Este é produzido anualmente pelo Instituto para a Economia e Paz, um *think-tank* “independente, apartidário e sem fins lucrativos, dedicado a mudar o foco global para a paz enquanto uma medida de bem-estar e progresso positiva e tangível” (IEP, 2023). A este nível, o grupo de países analisado não apresenta resultados positivos. No total de 163 países, o Brasil encontra-se em 132º lugar, a Rússia em 158º, a Índia em 126º, China é o país melhor classificado, com a 80ª posição, enquanto que a África do Sul ocupa o 130º lugar. À exceção da China, os restantes quatro países ocupam o último terço dos países analisados, o que espelha a falta de políticas de segurança e também a falta de condições da população. Cidadãos com empregos estáveis, que tenham o bem-estar necessário e salários justos de acordo com a sua função são muito menos permeáveis ao crime, acabando por criar sociedades mais seguras e justas para todos.

A principal conclusão a tirar desta breve análise do impacto dos indicadores de *governance* no crescimento do PIB dos BRICS, é que estes fatores externos à economia têm efetivamente impacto no desenvolvimento económico dos países. Embora o grupo de países em análise e o espaço temporal sejam restritos (devido ao âmbito da presente TFM), é possível observar correlações evidentes entre os indicadores de *governance* e a evolução do PIB dos países.

### 3. MODELO DE DESENVOLVIMENTO BASEADO NA *GOVERNANCE*

Este capítulo irá abordar a influência da *governance* no Desenvolvimento, complementando o modelo criado por Mushtaq Khan apresentado anteriormente. Uma vez que este modelo apresenta diversas lacunas que os críticos apontam como incompletas ou insuficientes, serão enumeradas diversas propostas no sentido de complementar este modelo, tornando-o igualmente mais atual para os problemas políticos, sociais e económicos que o mundo enfrenta. Serão abordados setores essenciais para que o modelo seja bem-sucedido e se capacite das ferramentas necessárias para a adaptabilidade a situações de diferentes naturezas.

#### 3.1 *Enquadramento e apresentação do modelo*

O desenvolvimento de um país não é apenas crescimento económico, mas também a consolidação das instituições e dos Direitos dos cidadãos, para além da distribuição da riqueza criada como forma de criação de condições de vida digna para todos (ONU, 2014). É com esta base que congrega elementos económicos com outros de âmbito político e social, que se pretende complementar o modelo de Desenvolvimento relacionado com a (*Good*) *Governance* que Khan apresentou. Estas inovações pretendem incorporar e ao mesmo tempo distanciar-se um pouco daquilo que têm sido as discussões que encaram a *governance* enquanto estratégia de promoção do mercado (“*market-promoting governance strategy*”), pela incorporação dos fatores sociais, políticos e institucionais.

O modelo que Khan apresenta parte com um Estado Sub-desenvolvido, com carências e dificuldades nos três campos que o modelo se propõe a desenvolver (político, económico e social). As deficiências ao nível político e social prendem-se principalmente com a fraca qualidade das Instituições (Francois & Manchin, 2013). Ao nível económico, o que se observa nos PVD's é uma incapacidade endógena para gerar riqueza, ou em



alguns casos de criar infraestruturas sociais capazes de redistribuir (Bastagli, 2015). Os modelos existentes têm como objetivo único o desenvolvimento económico, não contemplando as restantes dimensões, resultando assim em modelos algo incompletos, que não têm em conta nem procuram resolver os problemas sociais que grande parte destes países enfrenta, e que como foi concluído anteriormente, tanto impactam o crescimento económico, especialmente em países em desenvolvimento.

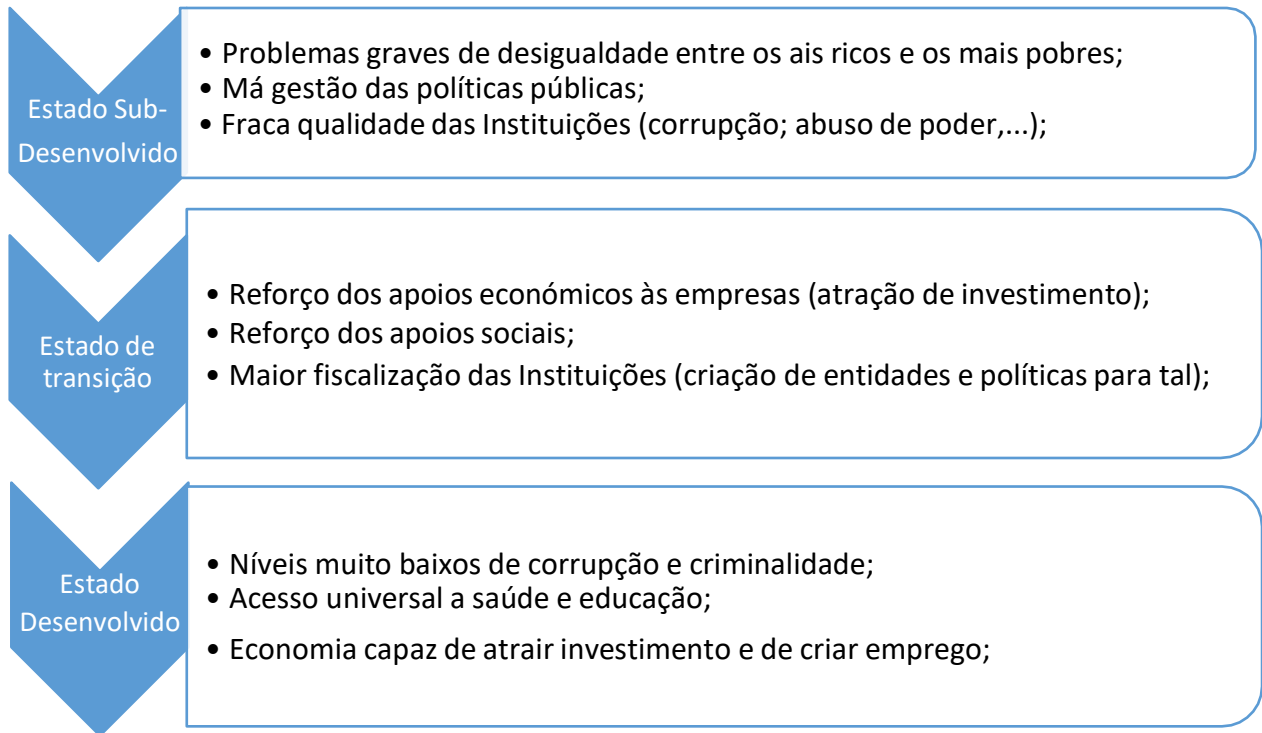


Figura 20 – Estágios de Desenvolvimento baseado nas dimensões de *governance*, de acordo com o modelo de Khan.

O modelo parte de um país com sérias dificuldades de alavancar o seu desenvolvimento. Este será um país em que para além dos obstáculos ao desenvolvimento económico, existem igualmente graves problemas sociais, com pobreza generalizada, grandes níveis de desigualdade e também problemas de corrupção nas instituições (Khan, 2013). A criação de condições para a estabilidade política e de redução dos níveis de corrupção seria o ponto de partida, uma vez que serão as reformas mais demoradas e de mais difícil integração devido ao seu carácter cultural e subjetivo. Entenda-se que na maioria destes casos problemas como a corrupção estão enraizados na sociedade, fazendo parte do sistema de relações interpessoais e institucionais (Khan, 2007b).

À medida que as condições mencionadas estão a ser criadas, pela formulação de órgãos de fiscalização e regulamentação das atividades económicas, deverão ser colocadas em prática políticas de crescimento ao nível da economia. Estas devem ser implementadas depois de estarem criadas as bases para a estabilidade política. Estas reformas económicas deverão partir do Estado, para fomentar a produção interna como forma de aumento das exportações e criação de emprego, com abertura ao investimento estrangeiro, se assim for desejado, enquanto modo de aceleração do setor empresarial/industrial (Kerstenetzky et. al, 2014). Pela criação de postos de trabalho e de remuneração justa, os indivíduos terão melhores condições de vida e começarão a diminuir as taxas de criminalidade. Este ponto marcaria o final do primeiro estágio do modelo, uma vez que estão criadas as bases para que o desenvolvimento aconteça. A coordenação do investimento nas áreas mencionadas será a “chave” para o sucesso do modelo, uma vez que só através do investimento abrangente, integrando as diversas áreas da sociedade, será possível desenvolver um país no seu todo e não apenas economicamente.

Atingido um nível mínimo de estabilidade política e social e após o lançamento de reformas no setor económico, atinge-se uma fase crítica do processo. Uma vez iniciado, é necessário não só garantir que os avanços e reformas anteriormente colocados em prática permanecem, como fortalecer esse crescimento e maturação das instituições (Maruta, 2020). Este processo fará com que as mudanças colocadas em prática não sejam meros aspetos conjunturais, mas sim mudanças estruturais. Isto significa que deverão ser mudanças que se perduram no tempo e que não deverão ser abandonadas, mesmo que o governo mude. As prioridades de cada governo deverão ter sempre em conta o crescimento económico e o fortalecimento das instituições, bem como o controlo da corrupção. E é devido a este facto que este é o ponto decisivo do processo. Nesta fase, os decisores políticos devem ter em conta o carácter progressivo das medidas. Estas propostas não pretendem ser uma “solução milagrosa”, mas sim ferramentas de capacitação destinadas a países que não têm as bases necessárias para alcançar os níveis de desenvolvimento desejados.

O Desenvolvimento é um processo que pode levar anos, até décadas a ser atingido, e por vezes é este o fator determinante para o insucesso da maioria dos casos (Szirmai, 2008). Para além das vertentes sociopolíticas, deveremos ter em conta aspetos de outras naturezas, como catástrofes naturais ou outros fenómenos que não podem ser controlados

pelo poder político e que têm bastante influência na economia e até no cotidiano dos cidadãos (cheias, secas, tempestades, ...). Estes fenómenos tendem a ser mais impactantes em países com menores níveis de desenvolvimento, pela construção precária, a falta de condições de vida dos cidadãos, onde se inserem elementos como o acesso restrito a fontes de água potável ou a falta de saneamento básico, por exemplo. Estes fatores externos têm de ser considerados, uma vez que farão parte do processo, apesar da sua imprevisibilidade. É por este motivo que o primeiro passo do modelo deverá ser a garantia das bases para que o desenvolvimento aconteça. A aposta no crescimento económico antes da consolidação de uma base política e social é um erro comum quando são observados casos de países que ambicionam atingir níveis de desenvolvimento mais elevados, como será referido mais adiante (Brown et. al, 2015).

A terceira e última etapa do modelo é o “Estado Desenvolvido”. Nesta, o país que inicialmente se encontrava sem as bases necessárias para o seu desenvolvimento já deverá ter as condições necessárias para a consolidação desse mesmo processo. Dentro destas condições deverão estar as Instituições, que estão agora fortalecidas pelas políticas de *good governance* colocadas em prática; a Economia, que para além de ter agora mais recursos, dispõe também de um tecido empresarial mais forte, em que a dependência em relação ao exterior deixa de ser um problema ou um entrave ao desenvolvimento e ao crescimento económico. Alguns estudos indicam que a dependência de investimento direto estrangeiro que os Países em Desenvolvimento apresentam "pode ter um efeito negativo no crescimento devido aos mecanismos de dependência e descapitalização" (Iamsiraroj, 2016).

### 3.2. Inovações deste modelo de Desenvolvimento

Os maiores complementos para o modelo que Khan criou em 2004 são principalmente a adaptabilidade e definição clara dos passos a seguir entre cada uma das etapas de desenvolvimento. Nas publicações anteriores acerca do tema, os passos a seguir e os espaços temporais não são referidos ou são bastante vagos, o que dificulta bastante a implementação efetiva de qualquer modelo anteriormente apresentado. Ademais, não consideram os fenómenos externos ao controlo do poder político enunciados anteriormente, tornando incompleta a análise e reflexão acerca do Desenvolvimento.

Conforme confirmado pela análise estatística formulada no ponto 2.3, indicadores como o Rule of Law e Controlo de Corrupção têm um impacto significativo no crescimento económico dos países analisados. É com base nesta premissa que são formuladas as propostas complementares ao modelo de Khan. Estas dimensões, quando

somadas às diferenças culturais de cada país, tornam o processo bem mais complexo que aquilo que inicialmente poderá parecer. É devido a este facto que é referido que estes complementos não pretendem ser uma “solução milagrosa” para os PVDs, mas sim um conjunto de guidelines, em que as Instituições se possam apoiar aquando da formulação de políticas públicas ou de planos plurianuais de apoio a setores específicos, por exemplo. Os contributos são um conjunto de ferramentas e linhas de ação que os governos possam dispor e adaptar à situação do país em causa, baseado nos estudos acerca da temática em análise.

Outro dos fatores a ter em consideração são as diferenças intrínsecas existentes entre os diversos países em desenvolvimento. Por exemplo, o Brasil e Moçambique são ambos países em desenvolvimento, mas existem mais diferenças que semelhanças entre eles, a todos os níveis. As heranças socioculturais, a estrutura económica, as organizações e Instituições sociopolíticas, o contexto histórico são fatores que diferenciam os países e que tornam o seu processo de Desenvolvimento único (Rabie, 2016). A adaptabilidade do modelo é a chave para o seu sucesso. No exemplo anterior, seria hipoteticamente mais fácil implementar medidas de âmbito da *good governance* no Brasil, pela maior robustez e maturidade das suas instituições, enquanto que em Moçambique teriam de ser mitigados outros problemas graves de ordem socioeconómica, começando pela construção de melhores vias de comunicação, por exemplo, antes de se iniciar o caminho de melhoria de qualidade das instituições e do Estado de Direito. Uma vez mais, é principalmente devido à adaptabilidade e ótica de “gestão por objetivos” que as propostas apresentadas fortalecem o modelo.

## 4. CONCLUSÃO

De modo a concluir a análise e a proposta de contributos para o modelo, é necessário ressaltar a importância que os Estudos de Desenvolvimento desempenham no campo académico/científico e na tentativa de melhoria das condições políticas, sociais e económicas dos países em desenvolvimento. Apesar das diversas perspetivas acerca dos assuntos que rondam o tema, todos os autores apresentam contributos significativos e evidências que podem ser adotadas pelos Estados. Invariavelmente, a adoção de políticas que provam o Desenvolvimento, em especial aquelas que envolvem dimensões ligadas à *governance*, enfrenta diversos desafios (internos e externos), o que muitas das vezes acaba por ditar um fim negativo aos programas de Desenvolvimento.

É possível observar que os indicadores de *governance* desenvolvidos pelo Banco Mundial são uma excelente contribuição para o estudo do impacto destas dimensões no desenvolvimento dos países. A possibilidade de medição efetiva dos níveis de cada indicador, comparando-os entre vários países ou num país específico durante um determinado período temporal torna os WGI numa ferramenta essencial para a análise das temáticas aqui tratadas.

A análise aos BRICS torna-se pertinente, em especial quando analisada ao longo do tempo, neste caso na segunda década do século XXI. Os países apresentam diferenças substanciais entre si, quer seja em termos de crescimento económico ou no desempenho em cada um dos indicadores analisados, o que acrescenta maior valor à análise, que pode ter sido feita com outros países ou regiões.

A principal conclusão desta pesquisa é a relação entre os indicadores do WGI e o Desenvolvimento. Sem uma boa *performance* nestes indicadores, é muito improvável que um país consiga atingir um estágio de Desenvolvimento ao nível dos países da Europa ou dos E.U.A. Dimensões como o controlo da corrupção ou a liberdade de expressão dos cidadãos são essenciais para um país desenvolvido (Kaufmann et. al, 2007). Um país desenvolvido não é apenas aquele que tem níveis mais elevados de crescimento económico e apresenta uma economia robusta. A acompanhar essa mesma robustez

económica devem estar Instituições independentes, capazes de regular e fiscalizar devidamente e sobretudo capazes de providenciar aos cidadãos a liberdade e o bem-estar.

Como foi referido e fundamentado pelos estudos nesta área, em grande parte dos países em desenvolvimento existem problemas sérios e endógenos de corrupção e má gestão pública, noutros casos, existem mesmo problemas associados à privação de liberdades e Direitos dos cidadãos. Como demonstram as contribuições dos diversos autores para o modelo de Desenvolvimento, é pela mitigação de problemas como estes que os governos e as organizações internacionais devem começar, mesmo antes de qualquer tipo de reforma ao nível da economia. Depois de existirem resultados ao nível da melhoria da regulamentação e fiscalização, podem então ser colocadas em marcha medidas de apoio às famílias e à economia, analisando os setores que carecem de maiores apoios. Para tal, é fundamental criar elos de ligação com quem enfrenta os problemas no terreno, de forma a desenhar e implementar políticas que vão ao encontro das necessidades da população. Estas formas de boa gestão pública estão ao alcance de todos os governos, e muitas das vezes não acarretam custos acrescidos, mas sim uma alocação distinta. São em aspetos destes que as ONG's, por exemplo podem apostar, através da educação e formação como ferramentas de chamada de atenção para estas temáticas.

Assim como no setor privado, em que a aposta em medidas que vão de encontro aos objetivos da *good governance*, também o setor público tem muito a beneficiar. Os benefícios são muitos, como anteriormente enunciado e provado pelas organizações em que medidas deste âmbito foram implementadas. A melhoria das condições de vida dos cidadãos, através de políticas que favoreçam o combate à corrupção, a redução da criminalidade ou uma maior participação dos mesmos nas decisões que influenciam os seus países serão sempre uma mais-valia. O *framework* apresentado adereça estas questões e pretende criar mecanismos para os Estados fortaleçam as suas Instituições, promovam o bem-estar social e desta forma tornem os países mais seguros e com qualidade de vida digna para os cidadãos.

No que concerne às limitações deste estudo, a maior será relacionada com as hipóteses analisadas em cada um dos indicadores em estudo. Para este trabalho foi considerada a hipótese do impacto de cada um deles para o Desenvolvimento, contudo, esta análise poderá ser complementada com outras hipóteses específicas para cada um dos

indicadores, o que permitirá uma análise mais profunda e completa do impacto de cada um para os países em estudo. Outra das limitações do trabalho prende-se com os riscos que se incorre aquando da utilização do PIB enquanto indicador económico de medição dos níveis de Desenvolvimento. Este indicador económico é uma medida limitada, uma vez que não congrega diversas áreas igualmente relevantes para analisar o desempenho económico de um país. Outro obstáculo encontrado foi a limitação naturalmente definida pela natureza do trabalho, não permitindo a análise de componentes mais abrangentes, como o contexto histórico e económico dos países em estudo, assim como a demografia, que poderia fortalecer diversos pontos de vista mencionados.

Enquanto recomendações para investigações futuras neste tema, é de salientar a importância da análise de outros indicadores que podem ajudar a compreender a evolução do Desenvolvimento, como o IDH por exemplo. Para além disso, a comparação entre outros países em desenvolvimento e países desenvolvidos sobre a evolução do crescimento económico e o uso de medidas de *good governance* é um caminho a seguir para investigações futuras.

## REFERÊNCIAS

- Adeleke Adegami, B. M. (12 de Dezembro de 2017). Good Governance in Nigeria: A Catalyst to National Peace, Stability and Development. *African Research Review*, 145-152.
- Admasu Asfaw Maruta, R. B. (2020). Foreign aid, institutional quality and economic growth: Evidence from the developing world. *Economic Modelling*, 444-463.
- Bowman, B. M. (Dezembro de 2008). The impact of violence on development in low- to middle-income countries. *International Journal of Injury Control and Safety Promotion*.
- Brazil: Bolsonaro Threatens Democratic Rule*. (15 de Setembro de 2021). Obtido de Human Rights Watch: <https://www.hrw.org/news/2021/09/15/brazil-bolsonaro-threatens-democratic-rule>
- Cambridge Dictionary*. (s.d.). Obtido de <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/the-rule-of-law>
- Carstens, A. (2005). *The Role of Transparency and Accountability for Economic Development in Resource-rich Countries*. FMI.
- Chang, H.-J. Chang. (2007). *The East Asian Development Experience: The Miracle, the Crises and the Future*. Zed Books.
- David Alan Craig, D. P. (2006). *Development Beyond Neoliberalism? Governance, Poverty Reduction and Political Economy*. Londres: Routledge.
- David Brown, R. T. (2015). *Institutional Development for Strengthening Civil Society*. Nova Delhi: Participatory Research in Asia.
- Easterly, W. (2003). Can Foreign Aid Buy Growth? *Journal of Economic Perspectives*, 23-48.
- Eyssen, B. v. (2022). África do Sul: Um Presidente contra o seu povo. *Deutsche Welle (DW)*.
- Francesca Bastagli, D. C. (2015). Fiscal Redistribution in Developing Countries: Overview of Policy Issues and Options. Em R. A. Benedict J. Clements, *Inequality and Fiscal Policy* (pp. 57-73). Washington: International Monetary Fund.



- Francois, J., & Manchin, M. (Junho de 2013). Institutions, Infrastructure, and Trade. *World Development*, pp. 165-175.
- Frank Biermann, N. K. (2017). Current Opinion in Environmental Sustainability. *Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals*, pp. 26-31.
- Glassman, R. M. (2021). Illiberal Democracy: A New Form of Modern Tyranny. Em R. M. Glassman, *Can Democracy Survive in the 21st Century?* Springer.
- Gupta, D. K. (1990). *The Economics of Political Violence: The Effect of Political Instability on Economic Growth*. Nova Iorque: Praeger.
- Iamsiraroj, S. (2016). The foreign direct investment–economic growth nexus. *International Review of Economics & Finance*, 116-133.
- Kaufmann, D., & Kraay, A. (2007). What Do We Mean By "Governance"? *Governance Indicators: Where are we, where should we be going?*
- Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2010). WGI-Interactive Data Access. *World Bank Group - Worldwide Governance Indicators*. Obtido em 09 de 2023, de <https://info.worldbank.org/governance/wgi/Home/Reports>
- Kerstenetzky, C. L. (2014). The state as a developmental actor: a review essay. Em R. K. Bruce Currie-Alder, *International Development: Ideas, Experience, and Prospects*. Oxford: Oxford University Press.
- Khan, M. (2007a). *Governance, Economic Growth and Development since the 1960's*.
- Khan, M. (2007b). Determinants of corruption in developing countries: the limits of conventional economic analysis. Em S. Rose-Ackerman, *International Handbook on the Economics of Corruption* (pp. 216-241). Northampton, Massachusetts: Edward Elgar Publishing.
- Khan, M. (2013). Governance and Development: The perspective of growth-enhancing governance. Em K. Ohno, & I. Ohno, *Eastern and Western Ideas For African Growth* (pp. 85-120). Routledge.
- Klimovich, S. (27 de Fevereiro de 2023). From failed democratization to the war against. *Zeitschrift für Politikwissenschaft*.

- Kristiansen, M. B. (2015). Management by Objectives and Results in the Nordic Countries: Continuity and Change, Differences and Similarities. *Public Performance & Management Review*, 542-569.
- Neumayer, E. (2003). *The Pattern of Aid Giving - The Impact of Good Governance on Development Assistance*. Londres: Routledge.
- ONU. (1987). *Our Common Future*. Report of the World Commission on Environment and Development. Oxford University Press.
- ONU. (Março de 2014). Integrating Governance in the Post-2015 Development Framework. *Governance for Sustainable Development*.
- Peace, I. f. (2023). *2023 Global Peace Index*. Sydney: IEP.
- Rabie, M. (2016). Obstacles to Development. Em M. Rabie, *A Theory of Sustainable Sociocultural and Economic Development* (pp. 127-144). Hampshire: PALGRAVE MACMILLAN.
- Sachini Supunsala Senadheeraa, R. G. (2022). The development of research on environmental, social, and governance (ESG): A bibliometric analysis.
- Saich, T. (2016). How China's citizens view the quality of governance under Xi Jinping. *Journal of Chinese Governance*.
- Singh, B. P. (Novembro de 2019). Does Governance Matter? Evidence from BRICS.
- Smith, B. (2007). *Good Governance and Development*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Szirmai, A. (2008). *Explaining Success and Failure in Development*. Maastricht: United Nations University - Maastricht Economic and social Research and training centre on Innovation and Technology.